



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 71/13

Autoriza o Poder Executivo a transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais Wallace Thadeu de Mello e Silva e transferi-lo para a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva, da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais Wallace Thadeu de Mello e Silva e transferi-lo para a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI.

§ 1º O Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais Wallace Thadeu de Mello e Silva deve integrar o Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito do Estado do Paraná, na prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares à população, servindo de suporte acadêmico às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

§ 2º O Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais Wallace Thadeu de Mello e Silva deve integrar a rede hospitalar pública de atendimento conforme definições da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º As providências organizacionais, administrativas, orçamentárias e patrimoniais indispensáveis ao processo de transformação referido no *caput* do art. 1º desta Lei, serão regulamentadas pelo Poder Executivo no prazo de cento e vinte dias.

Art. 3º Os servidores atualmente alocados no Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva exercerão suas atividades no

Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais Wallace Thadeu de Mello e Silva, ficando a responsabilidade orçamentária e financeira sob a égide da Secretaria de Estado da Saúde.

Parágrafo único. No caso de contratação de novos servidores, terão prioridade de nomeação os profissionais já aprovados no concurso sob edital nº 115/2009, realizado pela Cops/Uel, ressalvado o disposto na Resolução nº 2.873 da Secretaria de Estado da Administração e Previdência – SEAP.

Art. 4º Ficam criados na estrutura da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, os cargos de provimento em comissão de direção, chefia e assessoramento do Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais Wallace Thadeu de Mello e Silva, simbologias DAS-1 (um cargo), DAS-4 (três cargos) e DAS-5 (onze cargos).

Parágrafo único. Ficam extintos da estrutura da Secretaria de Estado da Saúde os cargos de provimento em comissão de direção, chefia e assessoramento, alocados no Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a destinar ou remanejar dotações orçamentárias para possibilitar a execução da presente Lei.

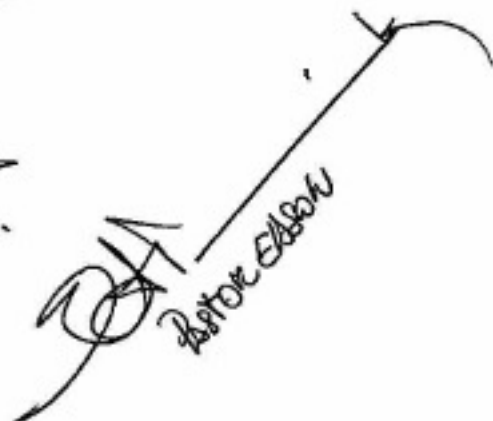
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Paulo Adami


Relator


Relator Elson



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 164/13

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a
doação do imóvel que especifica ao
Município de Marechal Cândido
Rondon.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a
doação, ao Município de Marechal Cândido Rondon, de imóvel
urbano com área total de 1.000,00 m², denominado Lote 8, da
Quadra 44, situado na Rua Castelo Branco, esquina com a Rua
Minas Gerais, conforme descrito na Matrícula nº 18.492, do Ofício
de Registro de Imóveis da Comarca de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com as
cláusulas de inalienabilidade e de impenhorabilidade, será usado
pelo município exclusivamente para a instalação do Centro de
Referência da Assistência Social – CRAS e do Centro de
Referência Especializado de Assistência Social - CREAS,
retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.


Art. 3º O município terá o prazo de dois anos para
conclusão da obra e regularização cartorial da titularidade do imóvel
dado, caso contrário, o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator ~~MARCO LIND~~


Relator ELABO

Relator
ACIOLLI



PROJETO DE LEI Nº

413/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 14 AGO. 2012

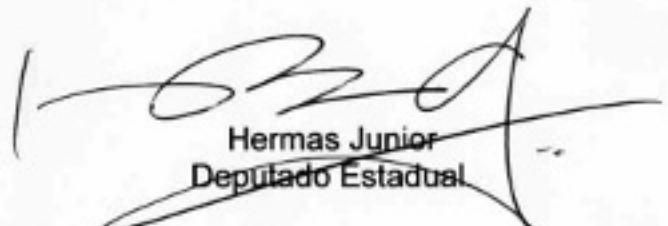

1º Secretário

SÚMULA: DECLARA-SE A UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL DA NOVA CITRUS (ASSOCIAÇÃO DOS FRUTICULTORES DA REGIÃO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA), COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA.

Art. 1º - Fica declarada a utilidade pública estadual da Associação dos Fruticultores da Região de Nova América da Colina – Nova Citrus, com sede e foro na Rodovia Pedro Baggio, PR 525, Km 10,850, no Município de Nova América da Colina/PR.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salas das Sessões, em 14 de Agosto de 2012.


Hermas Junior
Deputado Estadual

14447 14/08/2012 08:58:56 DP ASSSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

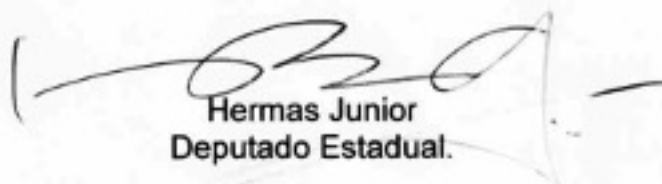


JUSTIFICATIVA

A propositura em tela tem como objetivo declarar a utilidade pública estadual da Associação dos Fruticultores da Região de Nova América da Colina – Nova Citrus, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 09.239.876/0001-60, com sede na Rodovia Pedro Baggio, PR 525, Km 10,850, no Município de Nova América da Colina, Estado do Paraná, que tem por finalidade a assistência aos Fruticultores e suas famílias.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

Salas das Sessões, em 14 de Agosto de 2012.


Hermas Junior
Deputado Estadual.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 413/2012

Projeto de Lei nº. 413/2012
Autor: Deputado Hermas Junior

Súmula: *Declara de Utilidade Pública Estadual a NOVA CITRUS (ASSOCIAÇÃO DOS FRUTICULTORES DA REGIÃO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA), com sede e foro no Município de Nova América da Colina.*

EMENTA: *DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.*

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Junior, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DOS FRUTICULTORES DE NOVA AMÉRICA DA COLINA-NOVA CITRUS**, com sede no Município de Nova América da Colina e foro no Município de Assaí, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o foro e o nome da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

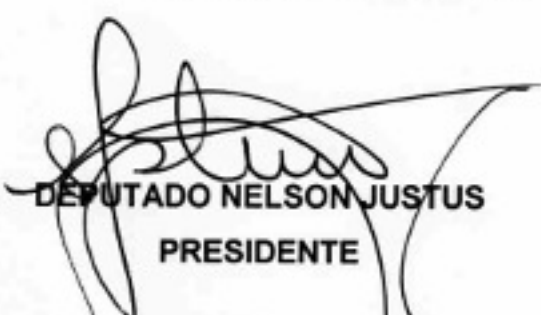


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 14 de Maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR






APROVADO

14.05.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 413/2012

De acordo com o que determinam o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 413/2012, passa a contar com a seguinte redação:

"SÚMULA - Declara de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DOS FRUTICULTORES DA REGIÃO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA-NOVA CITRUS**, com sede no Município de Nova América da Colina e foro no Município de Assaí, Estado do Paraná".

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a **Associação dos Fruticultores da Região de Nova América da Colina - Nova Citrus**, com sede no Município de Nova América da Colina e foro no Município de Assaí, Estado do Paraná.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14 de Maio de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APPROVADO

14.05.13



~~ANTE~~ PROJETO DE LEI 165 / 2013

Súmula: Altera a redação do artigo 2º, da Lei nº 16.271, de 09 de novembro de 2009, que autorizou o Poder Executivo a doar determinado imóvel ao Município de Chopinzinho.

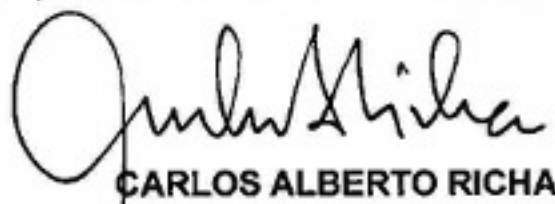
***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º O artigo 2º da Lei nº 16.271, de 09 de novembro de 2009, alterado pela Lei nº 16.920, de 29 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O imóvel em questão será utilizado para funcionamento de serviços públicos que propiciem a industrialização do município e a geração de empregos e rendas, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 16.920, de 29 de setembro de 2011.

Palácio do Governo, em 30 de abril de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 06/05/2013

Presidente



MENSAGEM

Nº 036 /2013

Curitiba, 30 de abril de 2013.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 07 MAIO 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao artigo 2º da Lei nº 16.271, de 09 de novembro de 2009, alterado pela Lei nº 16.920, de 29 de setembro de 2011, que autorizou o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Chopinzinho, de área com 2.004,42 m², sob Matrícula nº 18.744, do Registro de Imóveis da Comarca de Chopinzinho. /

O Anteprojeto de Lei em referência visa excluir as exigências impostas pelo artigo 2º da Lei nº 16.271/2009, com a redação determinada pela Lei nº 16.920/2011.

Quando da sanção da Lei 16.271/2009, o referido artigo tinha a seguinte redação:

"Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será utilizado, exclusivamente, para funcionamento de serviços de saúde pública, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa."

Com a redação dada pela Lei nº 16.920/2011, o mesmo passou a ter a seguinte redação:

"Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será utilizado, exclusivamente, para funcionamento de serviços públicos, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa."

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL



AJB/Prot. 11.473.003-3

Com a presente proposta, caso aprovada por essa Casa de Leis, o citado artigo passará a ter a seguinte redação:

"Art. 2º O imóvel em questão será utilizado para funcionamento de serviços públicos que propiciem a industrialização do município e a geração de empregos e rendas, retomando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa."

Tal pleito calca-se na necessidade que tem o município da liberdade de buscar a melhor destinação do referido imóvel, assegurando-lhe utilização mais eficaz no atendimento aos desejos da comunidade como um todo. Esse terreno foi doado ao Estado para a construção do pelotão da Polícia Militar. Como a obra não foi construída, o Estado devolveu o mesmo à municipalidade, porém, com ônus ao município.

Conforme levantamento realizado pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Município de Chopinzinho, existe uma demanda de mais de 30 (trinta) empresas que solicitam a utilização do terreno industrial como forma de incentivo ao fomento industrial para ampliação e/ou instalação de indústrias, conforme leis de incentivo daquela municipalidade.

O mencionado terreno teria condição de abrigar cerca de 4 (quatro) pequenas empresas, contribuindo para uma geração aproximada de 32 (trinta e dois) empregos diretos, além de mais de 96 (noventa e seis) empregos indiretos.

É sabido que, em pequenas cidades do interior do Paraná, talvez o maior anseio da população é por empregos. Oportunizar empregos é uma forma de contribuir significativamente para a geração de renda e oportunidades à comunidade, contribuindo para o desenvolvimento econômico do município.

Desta forma, o imóvel que hoje está em desuso, passará a ser de suma importância, principalmente para os trabalhadores que estão ansiosos por postos de trabalho. Esta ação contribuirá significativamente para a inclusão social através da geração de empregos e renda para as famílias Chopinzinhenses.

Por último, com a aprovação do presente Anteprojeto de Lei por parte dessa Assembleia Legislativa e o mesmo sendo convertido em Lei, aquele município terá a possibilidade de concretizar mais uma ação favorecendo a construção de uma sociedade cada vez mais estruturada no



contexto socioeconômico, oportunizando qualidade de vida e bem-estar ao povo de Chopinzinho.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original~~Lei 16271 = OSC de Novembro de 2009~~Publicado no Diário Oficial nº. 8093 de 9 de Novembro de 2009

Súmula: Autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Chopinzinho.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Chopinzinho, de área com 2.004,42 m², sob Matrícula nº 18.744, do Registro de Imóveis da Comarca de Chopinzinho.

~~**Art. 2º.** O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será utilizado, exclusivamente, para funcionamento de serviços de saúde pública, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.
(vide Lei 16920 de 29/09/2011)~~

Art. 2º. O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será utilizado, exclusivamente, para o funcionamento de serviços públicos, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.
(Redação dada pela Lei 16920 de 29/09/2011)

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 09 de novembro de 2009.

Roberto Requão
Governador do Estado

Maria Marta Renner Weber Lunardon
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Rafael Iatauro
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 165/2013

Projeto de Lei nº 165/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 36/2013

Súmula: Altera a redação do artigo 2º, da Lei nº 16.271, de 09 de novembro de 2009, que autorizou o Poder Executivo a doar determinado imóvel ao município de Chopinzinho.

EMENTA: ALTERAÇÃO NO ARTIGO 2º DA LEI Nº 16.271/2009 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 36/2013, visa alterar redação do artigo 2º da Lei 16.271, de 09 de novembro de 2009, que autorizou o Poder Executivo a doar determinado imóvel ao Município de Chopinzinho.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Por fim, verifica-se que o presente projeto atende os ditames da Lei Complementar 95/98, possuindo correta técnica legislativa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

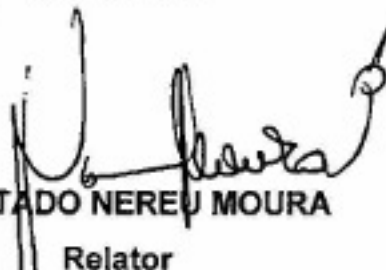
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Sala das Comissões, 14 de maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO NEREU MOURA
Relator
















APROVADO
14.05.13 



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 165/2013

Projeto de Lei nº 165/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 036/2013

Súmula: Altera a redação do artigo 2º da Lei nº 16.271 de 09 de novembro de 2009, que autorizou o Poder Executivo a doar determinado imóvel ao Município de Chopinzinho.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 165/2013, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 036/2013, objetiva alterar a redação do artigo 2º da Lei nº 16.271 de 09 de Novembro de 2009, que autorizou o Poder Executivo a doar determinado imóvel ao município de Chopinzinho no Estado do Paraná. A alteração amplia o item que cita a cláusula de inalienabilidade, abrindo a possibilidade para utilização deste imóvel em outros fins específicos, trabalhando a abrangência e a necessidade real do município.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 165/2013, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto de lei objetiva beneficiar o município de Chopinzinho no Estado do Paraná, com a alteração da lei nº 16.271 de 09 de novembro de 2009, que fixa em cláusula de inalienabilidade a destinação específica do imóvel ao serviço de saúde municipal. Esta alteração permite que este imóvel possa ser utilizado para outros fins específicos e atende a uma demanda regional apontada em levantamento pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Município. Uma ação que condiz com a realidade de Chopinzinho e sugere a implantação de serviços públicos que propiciem a industrialização e a geração de emprego local. Esta alteração fortalecerá de forma direta o crescimento regional,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.



sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já executada, um trabalho pela continuidade do crescimento regionalizado, atendendo a necessidade específica de toda a população.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 165/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 036/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tércio Turini.




A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 165/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR


Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Chopinzinho, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

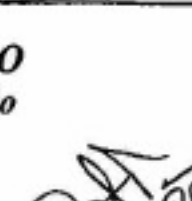
Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 165/2013**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 20 de maio de 2013.


ADELINO RIBEIRO
Presidente da Comissão
(Em exercício)


ELTON WELTER


TERUO KATO
Relator


PASTOR EDSON PRACZYK


TÉRCIO TURINI



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI 196/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Jaguapitã.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Jaguapitã, do imóvel constituído pelo Lote nº 1 e 2 da Quadra 9, Gleba nº 1 da Colônia Jaguapitã, com área total de 1.120,00 m², constante na folha nº 263 do Livro nº 3-C, de Transcrição das Transmissões sob nº 4.322 do Registro de Imóveis da Comarca de Jaguapitã.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para o serviço público municipal.

Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

Art. 3º O município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de maio de 2013.

FLÁVIO ARNS

Governador do Estado, em exercício

MENSAGEM

Nº 043 /2013

Curitiba, 15 de maio de 2013.

PARANÁ

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 20 MAIO 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 05/05/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação, ao Município de Jaguapitã, do imóvel constituído pelo Lote nº 1 e 2 da Quadra 9, Gleba nº 1 da Colônia Jaguapitã, com área total de 1.120,00 m², constante na folha nº 263 do Livro nº 3-C, de Transcrição das Transmissões sob nº 4.322 do Registro de Imóveis da Comarca de Jaguapitã.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público eis que o Fundo Municipal de Saúde daquele município realizou a adesão ao Programa de Requalificação de Unidade Básica de Saúde (UBS) para reforma da Unidade Posto Central, tendo sido habilitado pela Portaria MS nº 2.814, de 29 de novembro de 2011, para receber recursos no valor de R\$ 199.917,14 (centro e noventa e nove mil, novecentos e dezessete reais e quarenta e um centavos), dos quais 20% já se encontram disponíveis.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com a cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para reforma da referida Unidade Posto Central, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que o donatário terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização registral da titularidade do imóvel, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno dessa Assembleia Legislativa, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

FLÁVIO ARNS

Governador do Estado, em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.638.136-2.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 196/2013

Projeto de Lei nº 043/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 043/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Jaguapitã.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 043/2013, visa efetuar a doação, ao Município de Jaguapitã, do imóvel constituído pelos Lotes nº 1 e nº 2 da Quadra 09, Gleba nº 1 da Colônia Jaguapitã, com área total de 1.120,00 m², constante na folha nº 263 do Livro nº 3-C, de Transcrição das Transmissões sob o nº 4.322 do Registro de Imóveis da Comarca de Jaguapitã.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Observa-se do Art. 2º, do presente projeto, a previsão da cláusula de inalienabilidade, bem como, o uso exclusivo para o serviço público municipal.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i; (Redação dada pela Lei nº 11.952, de 2009)

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se a presença da cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme § 1º da referida Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



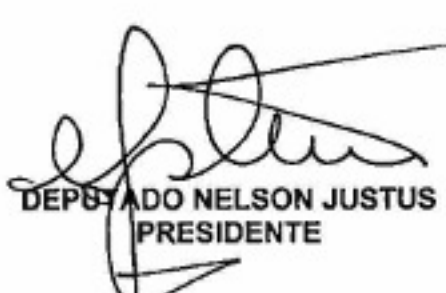
§ 1º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário.

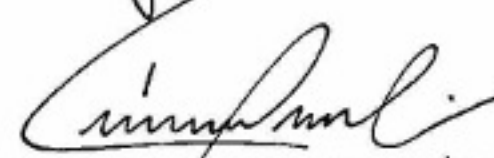
Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO BERNARDO RIBAS CARLI
RELATOR


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 196/2013

Projeto de Lei nº 196/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 043/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Jaguapitã.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 196/2013, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 043/2013, objetiva efetuar a cessão de uso de imóvel, ao Município de Jaguapitã no Estado do Paraná, da área constituída de 1.120,00 m², conforme descrito na transcrição nº 4.322 do Registro de Imóveis da Comarca de Jaguapitã-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 196/2013, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto de lei objetiva beneficiar o município de Jaguapitã no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente ao Serviço Público Municipal. A área acima descrita será utilizada especificamente para atender a Saúde Básica da população, para isto serão utilizados recursos do Programa de Requalificação de Unidade Básica de Saúde (UBS), já autorizados pela Portaria MS nº 2.814 para a reforma da Unidade Posto Central no Município. Desta forma, justifica-se a importância da doação deste imóvel, atendendo unicamente a necessidade da população em uma ação que fortalecerá a atenção básica e o crescimento regional, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade social já executada, um trabalho pela continuidade do crescimento regionalizado de forma pública e específica.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tércio Turini.



Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 196/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 043/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visarà ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 196/2013, no que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Adeline Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.



justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Jaguapitã, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 196/2013, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 21 de maio de 2013.*

ADELINO RIBEIRO

*Presidente da Comissão
(Em Exercício)*

ELTON WELTER

TERCÍLIO TURINI
Relator

TERUO KATO

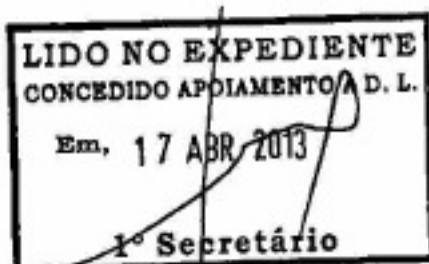
PASTOR EDSON PRACZYK



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 08 /2013



Altera a redação dos arts. 60 e 131
da Resolução nº 1/05.

Art. 1º Acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 60 da Resolução nº 1, de 1º de março de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 60 ...

(...)

§ 3º Serão consideradas justificadas as ausências:

- a) por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico;
- b) em decorrência de viagem para acompanhar o Governador do Estado;
- c) em decorrência de audiência ou evento, com Ministro de Estado, fora da Capital;
- d) do Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia.

§ 4º Mediante Requerimento subscrito pelo Parlamentar, o Presidente poderá abonar, durante o mês, uma ausência injustificada."

Art. 2º O inciso VI do § 3º do art. 131 da Resolução nº 1/05 passa a vigorar com a seguinte redação:

* VI - licença para se ausentar do país ou de interesse particular;"




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa




Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2013.


Deputado **VALDIR ROSSONI**
PRESIDENTE


Deputado **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**
1º SECRETÁRIO


Deputado **ADEMIR BIER**
2º SECRETÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa



JUSTIFICATIVA

A atual redação do art. 60 do Regimento Interno não prevê todas as possibilidades de justificativas de ausência dos Deputados, a exemplo da prática estabelecida por acordo de Líderes Partidários.

Outro problema encontrado na atuação legislativa é a desnecessária votação dos Requerimentos justificando faltas amparadas por atestado médico, atualmente contida no inciso VI do parágrafo terceiro do art. 131 do Regimento Interno.

As Licenças Médicas já estão disciplinadas no art. 66 da Resolução, que exige o pronunciamento de Junta Médica da Assembleia, sendo desnecessária, portanto, a deliberação do Plenário.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2013.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o projeto de Resolução nº 008/2013, de autoria da Comissão Executiva que *ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 60 E 131 DA RESOLUÇÃO N. 01/2005, QUE ALTERA O REGIMENTO INTERNO DA ALEP.*

PROJETO DE RESOLUÇÃO QUE ALTERA O REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. INICIATIVA DA COMISSÃO EXECUTIVA. ART. 54 CE. ART.33 E ART 121,§2 DO RI DA ALEP. LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.

I- RELATÓRIO

O projeto de Resolução n. 008/2013 de autoria da Comissão Executiva objetiva alterações na redação da Resolução n. 01/2005, a qual altera o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (RIALEP), buscando uma melhor adequação do mesmo em relação às faltas justificadas dos Senhores Parlamentares.

Conforme a inclusa justificativa a atual redação do artigo 60 do RIALEP não prevê todas as possibilidades de justificativa de ausência dos senhores Deputados, citando como exemplo a prática estabelecida por acordo de Líderes Partidários.

Aduz, ainda, que é necessária adequação em relação à votação dos Requerimentos justificando faltas amparadas por atestado médico, atualmente disposta no artigo 131, §3º, inciso VI do RIALEP.

VISTA EM 07/05/13
Dep. Nereu Moura
Ponder
CCJ



Em relação ao tema pondera que as licenças médicas já estão devidamente disciplinadas no artigo 66 da "Resolução" (certamente fazendo referência ao RIALEP), as quais exigem pronunciamento da Junta Médica desta Casa de Leis, dispensando-se, portanto, a deliberação em Plenário.

Uma vez proposto o Projeto de Resolução, após as formalidades de praxe, o mesmo fora encaminhado a esta Comissão conforme disposto no Regimento Interno desta Casa, cabendo a este Parlamentar a relatoria.

É O RELATÓRIO.

II- ANÁLISE

Compete a esta comissão, se pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação de toda e qualquer proposição legislativa, inclusive de Projetos de Resolução, nos termos do que prevê o 33-A, inciso I¹, do Regimento Interno.

Em um primeiro momento, válido mencionar que entendo que a competência outorgada pelo RI desta Casa de Leis a esta comissão, quando determina a análise da constitucionalidade das proposições, o Parlamentar deve analisá-la amplamente, tanto em seus aspectos formais como materiais.

Em linguagem jurídica, ao fazer menção ao aspecto material de determinado fenômeno, está se referindo ao conteúdo, à matéria por este abordada; enquanto ao mencionar um aspecto formal, está se enfocando o mecanismo através do qual este fenômeno teve origem.

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



A constitucionalidade material² é observada quando o conteúdo de um ato jurídico obedece às disposições da Constituição Federal. A constitucionalidade formal³, por sua vez, surge quando na elaboração de um ato verificam-se os procedimentos previstos pela Carta Magna.

Realizadas estas considerações iniciais passo a analisar o juízo de adequação procedimental em relação a Constituição Estadual e a Constituição da República, verificando a constitucionalidade formal e material do presente projeto de Lei.⁴

Em relação a constitucionalidade formal, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

A Constituição Estadual, em seu artigo 54, incisos II e III⁵, determina a competência privativa da Assembleia Legislativa para a elaboração, e por consequência a alteração, do Regimento Interno desta Casa de Leis bem como a

² Em relação a constitucionalidade formal V. LANZA, Pedro. Op. cit. p.254, o qual menciona que: '[...] o vício material (de conteúdo, substancial ou doutrinário) diz respeito à 'matéria', ao conteúdo do ato normativo. Assim, aquele ato normativo que afronta qualquer preceito ou princípio da Lei Maior deverá ser declarado inconstitucional, por possuir um vício material.'

³ A inconstitucionalidade em nível formal ocorrerá quando observar-se o oposto disto, podendo incluir não apenas vícios no procedimento em si, mas também vícios de competência, abrangendo normas criadas por pessoas sem legitimidade para legislar em função de óbice imposto pela Constituição Federal. Acerca do assunto V. Alexandrino, Marcelo. Paulo, Vicente. *Resumo de direito constitucional descomplicado*. 2. ed. São Paulo: Método, 2009. p. 300.

⁴ Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: '[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)

⁵ Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:
[...]

II - elaborar o Regimento Interno;

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



organização e funcionamento do Poder Legislativo, independente de sanção do Governador do Estado⁶.

Na oportunidade, não há qualquer vício de iniciativa sendo a Comissão Executiva competente para apresentar a proposição em análise.

Conforme se verifica o Projeto de Resolução em análise visa alterar o Regimento Interno da ALEP, sendo este instituto o adequado para tanto conforme se verifica no artigo 121, §2º do mencionado Regimento, senão vejamos:

Art.121 [RIALEP] [...]

§ 2º Os Projetos de Resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre os quais deva a Assembleia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais como:

[...]

II - matéria de natureza regimental; (grifo meu) -

Ainda, o artigo 222 do RIALEP menciona que:

'O Regimento só poderá ser modificado por meio de projetos de resolução, cabendo à Comissão Executiva interpor parecer sobre qualquer projeto nesse sentido.' (grifo meu)

Portanto sendo a via eleita escorreita.

Em relação a constitucionalidade material, todos os dispositivos da proposição examinada obedecem aos requisitos constitucionais para a espécie normativa e não afrontam dispositivos de natureza material da Constituição Federal, Constituição Estadual, sendo, portanto, constitucionais.

⁶ Conforme determinado na Constituição Estadual, no caput do artigo 53: " Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:" (grifo meu)



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



No que tange à juridicidade, os dispositivos harmonizam-se com o ordenamento jurídico vigente, não havendo qualquer impedimento à aprovação de todos.

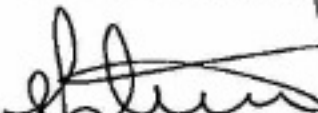
Ante o exposto, me ative exclusivamente a constitucionalidade do projeto de Resolução, não vislumbrando qualquer obstáculo a sua regular tramitação.

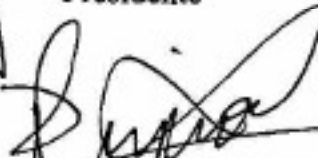
É O VOTO.



III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Resolução nº 008/2013, de autoria da Comissão Executiva.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2013.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator



APROVADO

14.05.13 